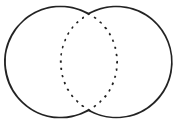
Timor-Leste

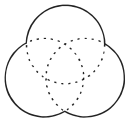
Visão geral



Transparência:

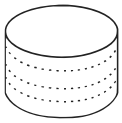
37 /100

(Pontuação no Índice do Orçamento Aberto)



Participação Pública:

11 /100



Fiscalização do Orçamento:

68 /100

Sobre o inquérito

As decisões orçamentárias do governo – quais impostos cobrar, quais serviços fornecer e quanta dívida assumir – têm consequências importantes para todas as pessoas da sociedade. Quando os governos fornecerem informações e canais significativos para o público se engajar nessas decisões, podemos garantir melhor que o dinheiro público é gasto em ações voltadas ao interesse público

O **Inquérito do Orçamento Aberto (IOA)** é o único instrumento global de pesquisa independente, comparativo e baseado em evidências que usa critérios internacionalmente aceites para avaliar o acesso público às informações orçamentárias do governo central; oportunidades formais para o público participar do processo orçamentário nacional; e o papel das instituições de supervisão orçamentária, como legislaturas e entidades nacionais de auditoria, no processo orçamentário.

Este inquérito ajuda a sociedade civil local a avaliar e aferir junto dos governos dos seus países a transparência e o uso dos recursos públicos. Esta 9ª edição do IOA abrange 125 países.

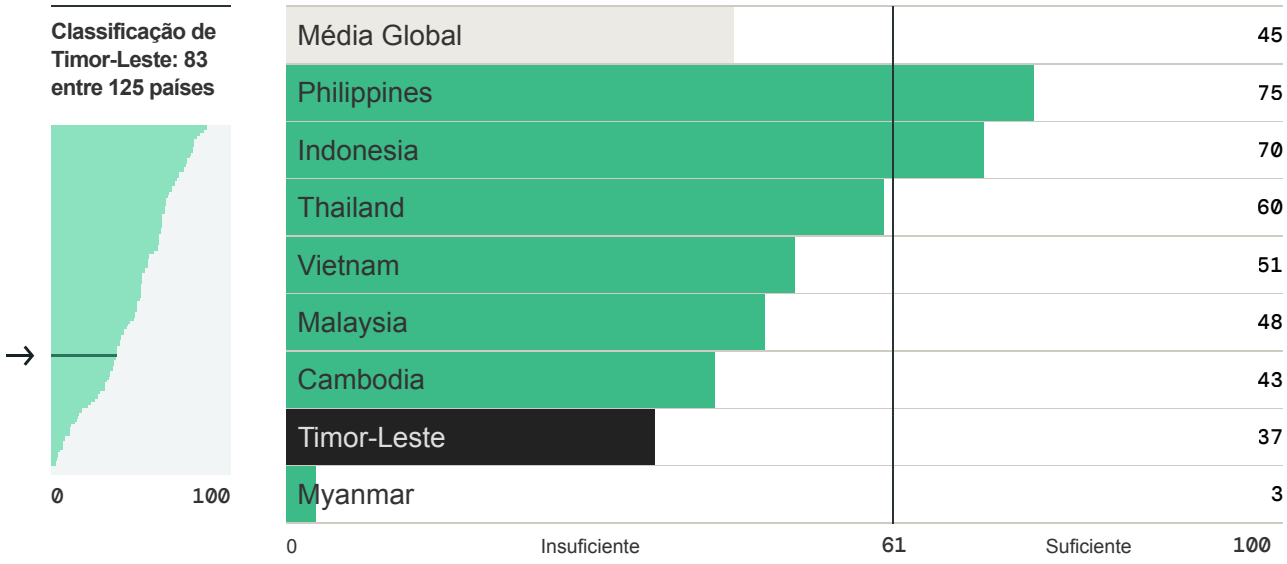
Para obter mais informações, incluindo a metodologia OBS completa, o relatório global de 2023, as descobertas de todos os países pesquisados e o Data Explorer, visite www.internationalbudget.org/open-budget-survey .

Transparência

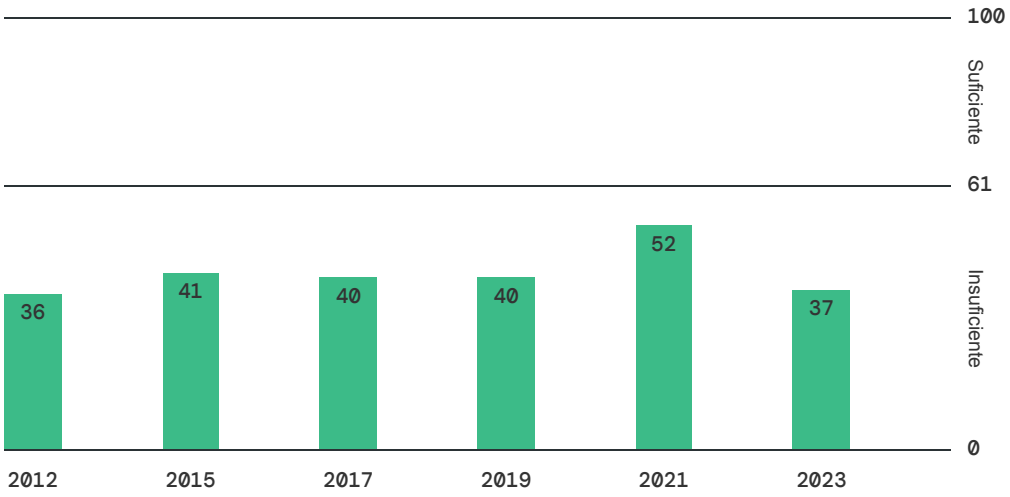
Esta parte do IOA mede o acesso do público à informação sobre como o governo central arrecada e gasta os recursos públicos. Avalia **a disponibilidade por via eletrônica, a pontualidade e a abrangência** de oito documentos orçamentais importantes, usando 109 indicadores de peso igual para pontuar cada país em uma escala de 0 a 100. **Uma pontuação de 61 ou mais indica um país que provavelmente publica material suficiente para sustentar um debate público bem informado sobre o orçamento.**

Timor-Leste tem uma pontuação em transparência de 37 (sobre 100).

Transparência de Timor-Leste em comparação com outros



Como evoluiu a pontuação em transparência de Timor-Leste ao longo do tempo?



Disponibilidade pública de documentos orçamentais de Timor-Leste

LEGENDA

- Disponível para o Público
- Publicado com Atraso, ou Não Publicado por Meios Eletrônicos, ou Produzido Apenas para Uso Interno
- Não Foi Produzido

Documento	2012	2015	2017	2019	2021	2023
Declaração Pré-Orçamental	⊘	⊘	⊘	⊘	●	●
Proposta de Orçamento do Executivo	●	●	●	●	●	●
Orçamento Promulgado	●	●	●	●	●	●
Orçamento Cidadão	⊘	●	●	⊘	●	●
Relatórios Durante o Ano	●	●	●	●	●	●
Revisão Semestral	⊘	⊘	⊘	⊘	●	●
Relatório de Fim de Ano	⊘	●	●	●	●	●
Relatório de Auditoria	⊘	●	●	●	●	●

Qual a abrangência do conteúdo dos principais documentos orçamentais que Timor-Leste disponibiliza ao público?

KEY

- 61-100 / 100
- 41-60 / 100
- 1-40 / 100

Principal documento orçamental	Finalidade e conteúdo do documento	Exercício fiscal avaliado	Pontuação do conteúdo do documento
Declaração Pré-Orçamental	Divulga os parâmetros gerais das políticas fiscais antes da Proposta de Orçamento do Executivo; esboça as previsões do governo para a economia, as receitas, despesas e endividamento.	2023	67
Proposta de Orçamento do Executivo	Apresentada pelo executivo ao poder legislativo para sua aprovação, contendo detalhes sobre fontes da receita, alocações aos ministérios, mudanças propostas em políticas públicas e outras informações para compreender a situação fiscal do país.	2023	39
Orçamento Promulgado	O orçamento aprovado pelo poder legislativo.	2022	95
Orçamento Cidadão	Uma versão mais simples e menos técnica da Proposta de Orçamento do Executivo ou do Orçamento Promulgado, redigida para divulgar dados chaves ao público.	2023	33
Relatórios Durante o Ano	Incluem informações sobre receitas efetivamente arrecadadas, despesas efetivamente feitas e dívida assumida em diferentes intervalos; publicados trimestral ou mensalmente.	2022	22
Revisão Semestral	Uma atualização abrangente sobre a execução do orçamento no meio do ano, com a revisão dos pressupostos macroeconómicos e uma previsão atualizada dos resultados orçamentais.	2022	30
Relatório de Fim de Ano	Descreve a situação das contas do governo no final do exercício fiscal e, idealmente, uma avaliação do progresso para alcançar as metas de política pública do orçamento.	2021	Uso Interno
Relatório de Auditoria	Emitido pela Instituição Suprema de Auditoria, este documento examina se as contas de fim de ano do governo são corretas e completas.	2021	48

Timor-Leste: A pontuação no quesito transparência de **37** no IOA de 2023 é substancialmente mais baixa de sua pontuação em 2021.

O que mudou em 2023?

Timor-Leste aumentou a disponibilidade de informação orçamentária ao:

- Publicar Declaração Pré-Orçamental e Revisão Semestral por via eletrônica em tempo hábil.

Porém, Timor-Leste reduziu a disponibilidade de informação orçamentária, ao:

- Produzir Relatório de Fim de Ano apenas para uso interno.
- Reduzir a informação fornecida na Proposta de Orçamento do Executivo.
- Reduzir a informação fornecida em Relatórios Durante o Ano.

Recomendações

Timor-Leste deve priorizar as seguintes ações para melhorar a transparência orçamental:

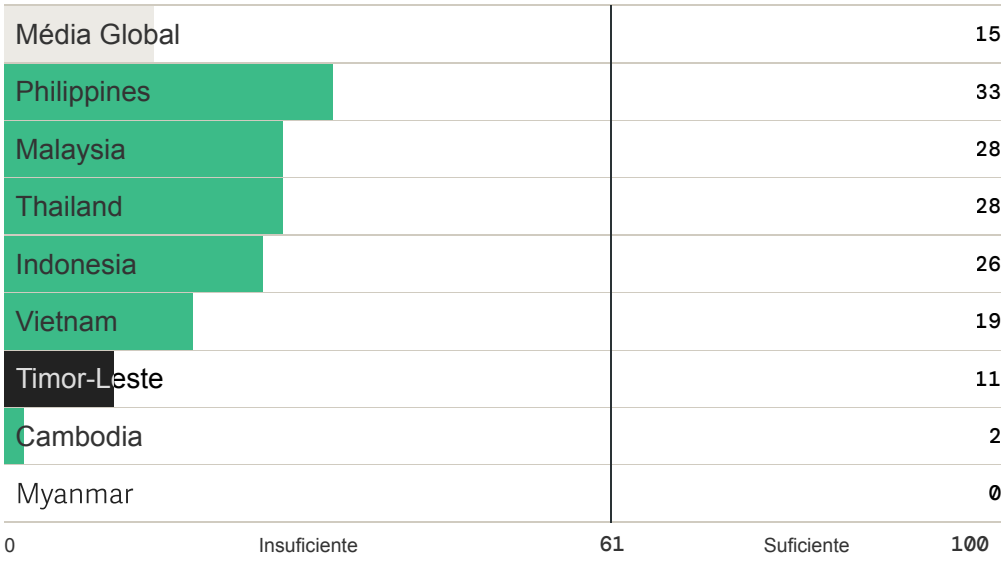
- Publicar Relatório de Fim de Ano por via eletrônica em tempo hábil.
- Melhorar a abrangência da Proposta de Lei sobre o Orçamento Geral do Estado, incluindo dados sobre projeções macroeconômicas, bem como a posição financeira do governo e, por exemplo, informações sobre como as novas políticas propostas para receitas e despesas se expressam na proposta de orçamento; projeções plurianuais de despesas e receitas; informações sobre gastos tributários, atividades parafiscais e ativos financeiros e não financeiros.
- Ampliar o conteúdo dos Relatórios Durante o Ano e da Revisão Semestral.
- Ampliar a inclusão e os aspectos participativos no processo de produção do Orçamento Cidadão, formalizando um ou vários mecanismos acessíveis e amigáveis aos cidadãos para identificar as demandas do público por informações orçamentais a serem incluídas no Orçamento Cidadão. A conscientização e o engajamento dos cidadãos no processo orçamental também podem ser estimulados pela publicação de versões "cidadãs" de outros documentos orçamentais importantes durante todo o ciclo orçamental e pela divulgação do Orçamento Cidadão por outras vias (por exemplo, redes sociais, programas de TV e rádio).
- Tornar a informação orçamental facilmente acessível no Livro Orçamental e publicá-la.
- Melhorar a confiabilidade, tempestividade e acessibilidade do Portal de Transparência do Orçamento.

Participação Pública

O IOA avalia as oportunidades formais franqueadas ao público para uma participação significativa nas diferentes etapas do processo orçamental. Examina as práticas do executivo, do poder legislativo e da instituição suprema de auditoria (ISA) do governo central, com base em 18 indicadores de peso igual, alinhados com os Princípios de Participação Pública na Política Fiscal da *Global Initiative for Fiscal Transparency*, e pontua cada país em uma escala de 0 a 100.

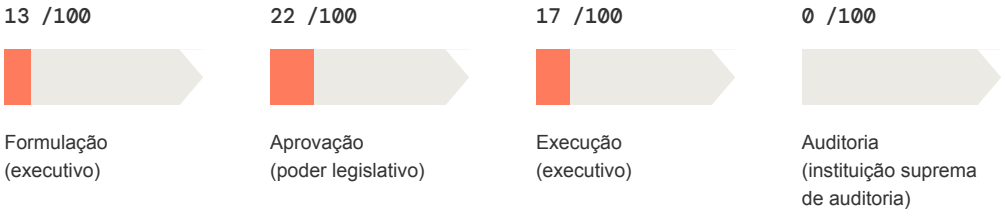
Timor-Leste tem uma pontuação no quesito participação pública de **11** (sobre 100).

Participação pública de Timor-Leste em comparação com outros



Veja maiores informações sobre práticas de participação pública no mundo, aqui .

Alcance das oportunidades para a participação pública no processo orçamental



Recomendações

O Ministério das Finanças do Timor-Leste estabeleceu um número limitado de "Jornadas Orçamentais" durante a formulação do orçamento e um orçamento participativo durante sua execução, mas, para fortalecer ainda mais a participação pública no processo orçamental, também deve priorizar as seguintes medidas:

- Durante a formulação e implementação do orçamento, ampliar os mecanismos para envolver qualquer organização da sociedade civil, membro da mídia ou membro do público que deseje participar.
- Estabelecer mecanismos para que o público conheça o conteúdo e ofereça comentários sobre os orçamentos propostos pelos ministérios antes de sua revisão e remessa ao Parlamento.
- Promover ativamente a participação de comunidades vulneráveis e sub-representadas, diretamente ou através de organizações da sociedade civil que as representam.
- Restabelecer os debates legislativos sobre a Lei das Grandes Opções do Plano ou outro mecanismo que viabilize debates públicos e no Parlamento sobre as prioridades orçamentárias, antes da preparação da Proposta de Orçamento do Executivo.
- Envolver os cidadãos no processo orçamental durante a discussão do orçamento nos ministérios sectoriais.

O Parlamento Nacional de Timor-Leste realiza audições públicas relativas à aprovação do orçamento anual, mas também deveria priorizar as seguintes ações:

- Permitir que qualquer membro do público ou qualquer organização da sociedade civil se manifeste durante as audições das Comissões sobre a Proposta de Orçamento antes de sua aprovação, e garantir que essas audições sejam abertas à mídia.

- Permitir que membros do público ou organizações da sociedade civil exponham durante suas audiências sobre o Relatório de Auditoria.

O Court of Appeals de Timor-Leste deveria priorizar as seguintes ações para melhorar a participação do público no processo orçamental:

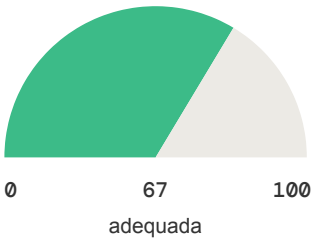
- Estabelecer mecanismos formais para o público auxiliar no desenvolvimento de seu programa de auditoria e contribuir para investigações relevantes.

Fiscalização do Orçamento

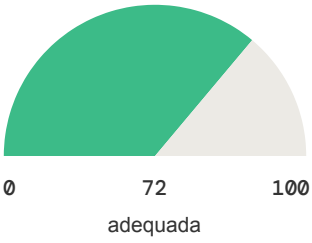
O IOA examina o papel do poder legislativo e das instituições supremas de auditoria (ISAs) no processo orçamental e até que ponto elas proporcionam uma fiscalização adequada. Cada país recebe uma pontuação de 0 a 100, com base em 18 indicadores de peso igual. O inquérito também levanta informações adicionais sobre instituições fiscais independentes (ver Destaque).

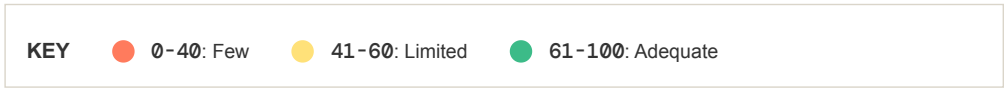
O poder legislativo e a instituição suprema de auditoria de Timor-Leste, juntos, fazem uma fiscalização adequada durante o processo orçamental, com uma pontuação conjunta de **68** (sobre 100). Avaliados por separado, o grau de fiscalização de cada instituição é o seguinte:

Fiscalização pelo legislativo



Fiscalização pela instituição de auditoria





Recomendações

O National Parliament de Timor-Leste oferece uma fiscalização fraca durante a etapa de planejamento no ciclo orçamental e uma fiscalização limitada durante a etapa de execução. Para melhorar ainda mais a fiscalização, as seguintes ações deveriam ser priorizadas:

- As comissões parlamentares devem examinar a Proposta de Orçamento do Executivo e publicar relatórios com suas análises por via eletrônica, antes do início do debate plenário sobre as especificidades do orçamento.
- Uma comissão legislativa deveria examinar a execução orçamental durante o ano e publicar por via eletrônica relatórios com suas conclusões.

- Uma comissão do poder legislativo deveria examinar o Relatório de Auditoria e publicar por via eletrônica um relatório com suas conclusões.

Para fortalecer a independência e melhorar a fiscalização da Court of Appeals do Timor-Leste, as seguintes ações são recomendadas:

- Garantir que os processos de auditoria sejam revistos por um órgão independente.

A prática emergente de estabelecer instituições fiscais independentes

Timor-Leste não possui uma instituição fiscal independente (IFI). Cada vez mais, os IFIs são reconhecidos como provedores valiosos de informações independentes e imparciais para o Executivo e/ou Legislativo durante o processo orçamental.

**Estes indicadores *não* são pontuados no Inquérito do Orçamento Aberto.*

Metodologia

- O IOA de 2023 avaliou apenas documentos publicados e eventos, atividades ou novidades ocorridos até 31 de dezembro de 2022.

- Este inquérito se baseia em um questionário preenchido em cada país por um especialista independente em assuntos de orçamento

  Marta da Silva
  The Timor-Leste Institute for Development Monitoring and Analysis (La'o Hamutuk)
  Rua D. Alberto Ricardo, Bebora, Dili, Timor-Leste P.O. Box 340, Dili, Timor-Leste Tel: +670-3321040 or +670-77234330 email:laohamutuk@gmail.com Web:https://www.laohamutuk.org Blog:laohamutuk.blogspot.com abatamoniz@gmail.com

- Para reforçar a pesquisa, o draft do questionário sobre cada país também é revisado por um especialista anônimo independente e, no caso de Timor-Leste, por um representante do Ministry of Finance.